No. 28627

BRAZIL
and
ARGENTINA

Agreement on the exclusively peaceful use of nuclear energy (with annex). Signed at Guadalajara on 18 July 1991

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 30 January 1992.

BRÉSIL
et
ARGENTINE

Accord relatif à l'utilisation de l'énergie nucléaire à des fins exclusivement pacifiques (avec annexe). Signé à Guadalajara le 18 juillet 1991

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 30 janvier 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA PARA O USO EXCLUSIVAMENTE PACÍFICO DA ENERGIA NUCLEAR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina
(doravante denominados "as Partes"),

Constatando os progressos conseguidos na cooperação nuclear bilateral como resultado do trabalho comum no quadro do Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em Buenos Aires, em 17 de maio de 1980;

Recordando os compromissos assumidos nas Declarações Conjuntas sobre política nuclear de Foz do Iguaçu (1985), Brasília (1986), Viedma (1987) e Iperó (1988), reafirmados pelo Comunicado Conjunto de Buenos Aires, de 6 de julho de 1990;

Considerando as decisões adotadas na Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina de Foz do Iguaçu, de 28 de novembro de 1990;

Reafirmando sua decisão de aprofundar o processo de integração entre ambos os países;

Tendo em conta o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, de 29 de novembro de 1988 e o Protocolo número 17 de Cooperação Nuclear, de 10 de dezembro de 1986;

Reconhecendo a importância da utilização da energia nuclear com fins pacíficos para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de seus povos;

Coincidindo em que os benefícios de todas as aplicações da tecnologia nuclear deverão ser acessíveis para fins pacíficos a todos os Estados;

Reafirmando os princípios do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina;

Acordam o seguinte:

COMPROMISSO BÁSICO

ARTIGO I

1. As Partes se comprometem a utilizar exclusivamente para fins pacíficos o material e as instalações nucleares submetidas a sua jurisdição ou controle.

2. As Partes se comprometem, em conseqüência, a proibir e a impedir em seus respectivos territórios, bem como a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira:

a) no teste, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de toda arma nuclear, e

b) na recepção, armazenamento, instalação, colocação ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear.

3. Tendo em vista que não existe, atualmente, distinção técnica possível entre os dispositivos nucleares explosivos para fins pacíficos e os destinados a fins bélicos, as Partes se comprometem, ademais, a proibir e a impedir em seus respectivos territórios, bem como a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira no teste, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de qualquer dispositivo nuclear explosivo, enquanto persista a referida limitação técnica.

ARTIGO II

Nada do que dispõe o presente Acordo afetará o direito inalienável das Partes de desenvolver a pesquisa, a produção e a

utilização da energia nuclear com fins pacíficos, preservando cada Parte seus segredos industriais, tecnológicos e comerciais, sem discriminação, em conformidade com seus Artigos I, III e IV.

ARTIGO III

Nada do que dispõe o presente Acordo limitará o direito das Partes a usar a energia nuclear para a propulsão ou a operação de qualquer tipo de veículo, incluindo submarinos, uma vez que ambas são aplicações pacíficas da energia nuclear.

ARTIGO IV

As Partes se comprometem a submeter todos os materiais nucleares em todas as atividades nucleares que se realizem em seus territórios, ou que estejam submetidas a sua jurisdição ou sob seu controle, em qualquer lugar, ao Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), estabelecido no Artigo V do presente Acordo.

SISTEMA COMUM DE CONTABILIDADE E CONTROLE
DE MATERIAIS NUCLEARES

ARTIGO V

As Partes estabelecem o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (doravante denominado "SCCC"), que terá como finalidade verificar, de acordo com as diretrizes básicas fixadas no Anexo que forma parte do presente Acordo, que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares das Partes não sejam desviados para armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos, de acordo com o Artigo I.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES

ARTIGO VI

As Partes estabelecem a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (doravante denominada "ABACC"), que terá personalidade jurídica para cumprir o objetivo que lhe atribui o presente Acordo.

OBJETIVO DA ABACC

ARTIGO VII

O objetivo da ABACC é administrar e aplicar o SCCC, conforme o disposto no presente Acordo.

FACULDADES DA ABACC

ARTIGO VIII

Serão faculdades da ABACC:

a) Acordar com as Partes novos Procedimentos Gerais e Manuais de Aplicação e as modificações eventualmente necessárias aos já existentes;

b) Efetuar as inspeções e demais procedimentos previstos para a aplicação do SCCC;

c) Designar os inspetores que efetuem as inspeções mencionadas no inciso b);

d) Avaliar as inspeções realizadas para a aplicação do SCCC;

e) Contratar os serviços necessários para assegurar o cumprimento de seu objetivo;

f) Representar as Partes perante terceiros no que concerne à aplicação do SCCC;

g) Celebrar acordos internacionais, com expressa autorização das Partes; e

h) Atuar na justiça.

ÓRGÃOS DA ABACC

ARTIGO IX

Serão órgãos da ABACC a Comissão e a Secretaria.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

ARTIGO X

A Comissão será composta por quatro Membros, cabendo a cada Parte a designação de dois deles. A Comissão será constituída em até sessenta dias da entrada em vigor do presente Acordo.

FUNÇÕES DA COMISSÃO

ARTIGO XI

A Comissão terá como funções:

a) Zelar pelo funcionamento do SCCC;

b) Aprovar os Procedimentos Gerais e os Manuais de Aplicação referidos no Artigo VIII, inciso a) negociados pela Secretaria;

c) Buscar os meios necessários ao estabelecimento da Secretaria;

d) Supervisionar o funcionamento da Secretaria, elaborando as instruções e diretrizes que considerar adequadas em cada caso;

e) Designar o pessoal profissional da Secretaria e aprovar a designação do pessoal auxiliar;

f) Elaborar a lista dos inspetores devidamente qualificados, entre os propostos pelas Partes, que executarão as tarefas de inspeção determinadas pela Secretaria;

g) Dar conhecimento das anormalidades que se apresentarem na aplicação do SCCC à Parte correspondente, a qual estará obrigada a tomar as medidas necessárias para corrigir tal situação;

h) Requerer às Partes a constituição dos grupos assessores "ad-hoc" que estime necessários para o melhor funcionamento do SCCC;

i) Informar às Partes anualmente sobre o andamento da aplicação do SCCC;

j) Informar às Partes o descumprimento por uma das Partes dos compromissos assumidos no presente Acordo; e

k) Ditar seu próprio regulamento e o da Secretaria.

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA

ARTIGO XII

1. A Secretaria será composta pelos profissionais designados pela Comissão e pelo pessoal auxiliar. No desempenho de suas funções, os funcionários da Secretaria estarão sujeitos ao regulamento aprovado e às diretrizes formuladas pela Comissão.

2. Os funcionários de maior hierarquia da nacionalidade de cada Parte se alternarão anualmente no desempenho da função de Secretário da ABACC, iniciando-se pelo de nacionalidade distinta à do País sede.

3. Os inspetores designados em razão do Artigo VIII, inciso c), enquanto estiverem em exercício das funções atribuídas pela Secretaria em relação ao SCCC, dependerão exclusivamente da referida Secretaria.

FUNÇÕES DA SECRETARIA

ARTIGO XIII

Serão funções da Secretaria:

a) Executar as diretrizes e instruções estabelecidas pela Comissão;

b) Nesse contexto, desenvolver as atividades necessárias à aplicação e administração do SCCC;

c) Atuar, por mandato da Comissão, como representantes da ABACC em suas relações com as Partes e perante terceiros;

d) Designar, entre os inspetores incluídos na lista mencionada no Artigo XI, inciso f), aqueles que deverão executar as tarefas de inspeção determinadas pela aplicação do SCCC, tendo em conta que os inspetores de nacionalidade de uma das Partes inspecionarão as instalações da outra Parte, e dar instruções aos mesmos sobre o exercício de suas funções;

e) Receber os relatórios dos inspetores com os resultados de suas inspeções;

f) Efetuar a avaliação das inspeções de acordo com os procedimentos apropriados;

g) Informar imediatamente à Comissão toda discrepância nos registros de qualquer das Partes, encontrada nas avaliações dos resultados das inspeções;

h) Preparar o orçamento da ABACC para sua aprovação pela Comissão, e

i) Informar periodicamente a Comissão sobre suas atividades e, em particular, sobre o andamento da aplicação do SCCC.

CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

ARTIGO XIV

1. A ABACC não estará autorizada a divulgar informação industrial ou comercial, ou qualquer outra de natureza confidencial, sobre as instalações e características dos Programas Nucleares das Partes sem seu expresso consentimento.

2. Sem prejuízo das responsabilidades da ABACC, os membros da Comissão, bem como os funcionários da Secretaria, os inspetores e todas as pessoas envolvidas na aplicação do SCCC, não revelarão informação industrial ou comercial, ou qualquer outra de natureza confidencial, sobre as instalações e as características dos Programas Nucleares das Partes a que tiverem acesso como resultado do exercício de suas funções, ou por ocasião do exercício delas. Essa obrigação continuará mesmo após terem deixado de exercer suas funções na ABACC ou em relação à aplicação do SCCC.

3. As sanções às infrações ao parágrafo 2 do presente Artigo serão determinadas pelas respectivas legislações nacionais, correspondendo a cada Parte a sanção das infrações cometidas por seus nacionais, independentemente do lugar em que se tenham cometido.

SEDE DA ABACC

ARTIGO XV

1. A sede da ABACC será na cidade do Rio de Janeiro.

2. A ABACC negociará com a República Federativa do Brasil o correspondente Acordo de Sede.

APOIO FINANCEIRO E TÉCNICO

ARTIGO XVI

1. As Partes proverão de forma eqüitativa os fundos necessários à operação do SCCC e da ABACC.

2. As Partes colocarão sua capacidade técnica à disposição da ABACC, a fim de apoiar suas atividades. As pessoas que estejam designadas temporariamente para essas tarefas de apoio estarão submetidas à obrigação que estabelece o Artigo XIV.

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

ARTIGO XVII

1. A ABACC gozará de personalidade e de plena capacidade jurídicas. Seus privilégios e imunidades e os de seus funcionários no Brasil serão estabelecidos no Acordo de Sede determinado pelo Artigo XV.

2. Os privilégios e as imunidades dos inspetores e dos demais funcionários que estejam em missão transitória a serviço da ABACC serão estabelecidos em Protocolo Adicional.

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

ARTIGO XVIII

As divergências na interpretação e aplicação do presente Acordo serão solucionadas pelas Partes pela via diplomática.

DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

ARTIGO XIX

O descumprimento grave do presente Acordo por uma das Partes autorizará a outra Parte a dar por terminado o Acordo ou a suspender sua aplicação, total ou parcialmente, cabendo à mesma Parte notificar o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

RATIFICAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR

ARTIGO XX

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação. Seu texto será transmitido pelas Partes ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para registro.

EMENDAS

ARTIGO XXI

O presente Acordo poderá ser emendado pelas Partes a qualquer momento, por entendimento mútuo. A entrada em vigor das emendas se efetivará conforme o procedimento previsto no Artigo XX.

DURAÇÃO

ARTIGO XXII

O presente Acordo terá duração indefinida. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes por Nota Diplomática dirigida à outra, o que deverá ser comunicado pela Parte denunciante ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. A denúncia se tornará efetiva seis meses após a data da recepção dessa Nota Diplomática.

Feito na cidade de Guadalajara (Estados Unidos Mexicanos), aos 18 dias dos mês de julho de 1991, em dois exemplares originais, cada um deles nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[*Signed — Signé*]
FRANCISCO REZEK

Pelo Governo
da República Argentina:

[*Signed — Signé*]
GUIDO DI TELLA

ANEXO

DIRETRIZES BÁSICAS DO SISTEMA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES

ARTIGO I

1. O Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) é um conjunto de procedimentos instituído pelas Partes a fim de verificar, com um grau razoável de certeza, que os materiais nucleares presentes em todas as suas atividades nucleares não sejam desviados para armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos segundo os termos do presente Acordo.

2. O SCCC compreende os Procedimentos Gerais e os Manuais de Aplicação, por categoria de instalação.

ARTIGO II

O SCCC terá por base uma estrutura de áreas de contabilidade de materiais nucleares e se aplicará a partir de um dos seguintes pontos de iniciação:

a) A produção de qualquer material nuclear de composição e pureza adequadas para seu uso direto na fabricação de combustível nuclear ou no enriquecimento isotópico, incluídas as gerações subseqüentes de material nuclear, produzidas a partir de tais materiais;

b) A importação de qualquer material nuclear que reúna as mesmas características estabelecidas no inciso a) precedente, bem como quaisquer outros materiais nucleares produzidos em uma fase posterior do ciclo do combustível nuclear.

ARTIGO III

Os materiais nucleares deixarão de estar sujeitos ao SCCC quando:

a) Sejam trasladados para fora da jurisdição ou do controle das Partes; ou

b) Sejam transferidos para uso não nuclear ou para uso nuclear não relevante do ponto de vista do SCCC; ou

c) Se tenham consumido, diluído ou transformado de modo que não possam ser utilizados para qualquer uso nuclear relevante do ponto de vista do SCCC, ou que sejam praticamente irrecuperáveis.

ARTIGO IV

A aplicação do SCCC a materiais nucleares utilizados para propulsão ou operação nuclear de qualquer tipo de veículo, incluindo submarinos, ou em outras atividades que, por sua natureza, exijam procedimento especial, terá as seguintes características particulares:

a) a suspensão das inspeções, do acesso aos registros contábeis e operativos, das notificações e dos relatórios previstos pelo SCCC relativos a esses materiais nucleares enquanto durar sua alocação às referidas atividades;

b) a nova submissão de tais materiais nucleares aos procedimentos descritos no inciso a) acima, quando não mais estiverem alocados a essas atividades;

c) o registro pela ABACC da quantidade total e da composição desses materiais nucleares que se encontram sob a jurisdição ou controle de uma das Partes, bem como de todo traslado dos mesmos para fora de tal jurisdição ou controle.

ARTIGO V

O nível adequado de contabilidade e controle de materiais nucleares para cada instalação será determinado segundo o valor estratégico obtido da análise das seguintes variáveis:

a) categoria do material nuclear, levando em conta a relevância de sua composição isotópica;

b) tempo de conversão;

c) inventário/fluxo do material nuclear;

d) categoria da instalação;

e) grau de importância da instalação comparada a outras existentes; e

f) existência de métodos de contenção e vigilância.

ARTIGO VI

O SCCC incluirá, quando for pertinente, medidas como as seguintes:

a) Um sistema de registros e relatórios que reflita, para cada área de contabilidade de materiais nucleares, o inventário de materiais nucleares e as mudanças de tal inventário;

b) Disposições para a correta aplicação dos procedimentos e medidas de contabilidade e controle;

c) Sistemas de medições para determinar os inventários de material nuclear e suas variações;

d) A avaliação da precisão e o grau de aproximação das medições, assim como o cálculo de suas imprecisões;

e) Procedimentos para identificar, revisar e avaliar diferenças nas medições remetente-destinatário;

f) Procedimentos para efetuar um inventário físico;

g) Procedimentos para determinar e avaliar o material não contabilizado; e

h) Aplicação de sistemas de contenção e vigilância.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ARGENTINA PARA EL USO EXCLUSIVAMENTE PACÍFICO DE LA ENERGÍA NUCLEAR

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina, en adelante las Partes";

Constatando los progresos logrados en la cooperación nuclear bilateral como resultado del trabajo común en el marco del Acuerdo de Cooperación en los Usos Pacíficos de la Energía Nuclear, firmado en Buenos Aires el 17 de mayo de 1980;

Recordando los compromisos asumidos en las Declaraciones Conjuntas sobre Política Nuclear de Foz de Iguazú (1985), Brasilia (1986), Viedma (1987) e Iperó (1988), reafirmados por el Comunicado Conjunto de Buenos Aires del 6 de julio de 1990;

Considerando las decisiones adoptadas en la Declaración sobre Política Nuclear Común Argentino-Brasileña de Foz de Iguazu del 28 de noviembre de 1990;

Reafirmando su decisión de profundizar el proceso de integración entre ambos países;

Teniendo en cuenta el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo entre la República Federativa del Brasil y la República Argentina del 29 de noviembre de 1988 y el Protocolo No 17 de Cooperación Nuclear del 10 de diciembre de 1986;

Reconociendo la importancia de la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos para el desarrollo científico, tecnológico, económico y social de sus pueblos;

Coincidiendo en que los beneficios de todas las aplicaciones de la tecnología nuclear deberán ser asequibles para fines pacíficos a todos los Estados;

Reafirmando los principios del Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina;

Han convenido lo siguiente:

COMPROMISO BASICO

ARTICULO I

1. Las Partes se comprometen a utilizar exclusivamente con fines pacíficos el material y las instalaciones nucleares sometidos a su jurisdicción o control.

2. Las Partes se comprometen, en consecuencia, a prohibir e impedir en sus respectivos territorios, y a abstenerse de realizar, fomentar o autorizar, directa o indirectamente, o de participar de cualquier manera:

a) en el ensayo, uso, fabricación, producción o adquisición, por cualquier medio, de toda arma nuclear, y

b) en el recibo, almacenamiento, instalación, emplazamiento o cualquier otra forma de posesión de cualquier arma nuclear.

3. Teniendo en cuenta que no existe, actualmente, distinción técnica posible entre dispositivos nucleares explosivos para fines pacíficos y los destinados a fines bélicos, las Partes se comprometen, además, a prohibir e impedir en sus respectivos territorios, y a abstenerse de realizar, fomentar o autorizar, directa o indirectamente, o a participar de cualquier manera en el ensayo, uso, fabricación, producción o adquisición por cualquier medio de cualquier dispositivo nuclear explosivo, mientras persista la referida limitación técnica.

ARTICULO II

Nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo afectará el derecho inalienable de las Partes de desarrollar la investigación, la producción y la utilización de la energía nuclear con fines pacíficos, preservando cada Parte sus secretos industriales, tecnológicos y comerciales, sin discriminación y de conformidad con sus Artículos I, III y IV.

ARTICULO III

Nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo limitará el derecho de las partes a usar la energía nuclear para la propulsión u operación de cualquier tipo de vehículo, incluyendo submarinos, ya que ambas son aplicaciones pacíficas de la energía nuclear.

ARTICULO IV

Las Partes se comprometen a someter todos los materiales nucleares en todas las actividades nucleares que se realicen en sus territorios, o que estén sometidas a su jurisdicción o bajo su control en cualquier lugar, al Sistema Común de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (SCCC) establecido en el Artículo V del presente Acuerdo.

SISTEMA COMUN DE CONTABILIDAD Y CONTROL DE MATERIALES NUCLEARES

ARTICULO V

Las Partes establecen el Sistema Común de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (en adelante "SCCC"), el cual tendrá como finalidad verificar, de conformidad con las pautas básicas fijadas en el Anexo que forma parte del presente Acuerdo, que los materiales nucleares en todas las actividades nucleares de las Partes no sean desviados hacia armas nucleares u otros dispositivos nucleares explosivos, de acuerdo con el Artículo I.

AGENCIA BRASILEÑO ARGENTINA DE CONTABILIDAD Y CONTROL DE MATERIALES NUCLEARES

ARTICULO VI

Las Partes establecen la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (en adelante "ABACC"), que tendrá personalidad jurídica para cumplir el objetivo que le asigna el presente Acuerdo.

OBJETIVO DE LA ABACC

ARTICULO VII

Será objetivo de la ABACC administrar y aplicar el SCCC conforme a lo dispuesto en el presente Acuerdo.

FACULTADES DE LA ABACC

ARTICULO VIII

Serán facultades de la ABACC:

a) Acordar con las Partes nuevos Procedimientos Generales y Manuales de Aplicación, y las modificaciones eventualmente necesarias de los ya existentes;
b) Efectuar las inspecciones y demás procedimientos previstos para la aplicación del SCCC;
c) Designar a los inspectores que efectúen las inspecciones indicadas en el inciso b);
d) Evaluar las inspecciones realizadas para la aplicación del SCCC;
e) Contratar los servicios necesarios para asegurar el cumplimiento de su objetivo;
f) Representar a las Partes ante terceros en relación con la aplicación del SCCC;
g) Celebrar acuerdos internacionales con expresa autorización de las Partes; y
h) Actuar en justicia.

ORGANOS DE LA ABACC

ARTICULO IX

Seran órganos de la ABACC la Comision y la Secretaria.

COMPOSICION DE LA COMISION

ARTICULO X

La Comisión estara compuesta por cuatro Miembros, correspondiendo a cada Parte la designación de dos de ellos. La Comision será constituida dentro de los sesenta dias de la entrada en vigor del presente Acuerdo.

FUNCIONES DE LA COMISION

ARTICULO XI

La Comisión tendra como funciones:

a) Velar por el funcionamiento del SCCC;
b) Aprobar los Procedimientos Generales y los Manuales de Aplicacion referidos en el Articulo VIII, inciso a), negociados por la Secretaria;
c) Procurar los medios necesarios para el establecimiento de la Secretaria;
d) Supervisar el funcionamiento de la Secretaría, elaborando las instrucciones y directivas que en cada caso considere adecuadas;
e) Designar al personal profesional de la Secretaría y aprobar la designacion del personal auxiliar;
f) Elaborar la lista de inspectores debidamente calificados, entre los propuestos por las Partes, que llevarán a cabo las tareas de inspección que les encargue la Secretaría;
g) Poner las anomalias que se presenten en la aplicación del SCCC en conocimiento de la Parte correspondiente, la que estará obligada a tomar las medidas necesarias para subsanar esa situacion;
h) Requerir a las Partes la constitución de los grupos asesores "ad-hoc" que estime necesarios para el mejor funcionamiento del SCCC;
i) Informar a las Partes anualmente sobre la marcha de la aplicacion del SCCC;
j) Informar a las Partes el incumplimiento por una de las Partes de los compromisos asumidos en el presente Acuerdo; y
k) Dictar su propio reglamento y el de la Secretaria.

COMPOSICION DE LA SECRETARIA

ARTICULO XII

1. La Secretaria estará compuesta por los profesionales que designe la Comision y por el personal auxiliar. En el

desempeño de sus funciones, los funcionarios de la Secretaría estarán sometidos al reglamento aprobado y a las directivas formuladas por la Comisión.

2. Los funcionarios de mayor jerarquía de la nacionalidad de cada Parte se rotarán anualmente en el desempeño de la función de Secretario de la ABACC, comenzando por el de nacionalidad distinta a la del país sede.

3. Los inspectores designados en virtud del Artículo VIII, inciso e), mientras se encuentren en ejercicio de las funciones que les atribuya la Secretaría en relación con el SCCC, dependerán exclusivamente de la citada Secretaría.

FUNCIONES DE LA SECRETARIA

ARTICULO XIII

La Secretaría tendrá como funciones:

a) Ejecutar las directivas e instrucciones que emanen de la Comisión;

b) En ese contexto, desarrollar las actividades necesarias para la aplicación y administración del SCCC;

c) Actuar, por mandato de la Comisión, como representante de la ABACC en sus relaciones con las Partes y frente a terceros;

d) Designar, entre los inspectores incluidos en la lista mencionada en el Artículo XI, inciso f), a quiénes llevarán a cabo las tareas de inspección que se determinen por aplicación del SCCC, teniendo en cuenta que los inspectores nacionales de una de las Partes efectuarán sus inspecciones en las instalaciones de la otra Parte, e impartir instrucciones a los mismos para el ejercicio de sus funciones;

e) Recibir los informes que los inspectores deberán elevar con los resultados de sus inspecciones;

f) Efectuar la evaluación de las inspecciones de conformidad con los procedimientos apropiados;

g) Informar inmediatamente a la Comisión toda discrepancia en los registros de cualquiera de las Partes puesta de manifiesto en las evaluaciones de los resultados de las inspecciones;

h) Preparar el presupuesto de la ABACC para su aprobación por la Comisión; e

i) Informar periódicamente a la Comisión sobre sus actividades y, en particular, sobre la marcha de la aplicación del SCCC.

CONFIDENCIALIDAD DE LA INFORMACION

ARTICULO XIV

1. La ABACC no estará autorizada a divulgar información industrial o comercial o cualquier otra de naturaleza confidencial sobre las instalaciones y características de los Programas Nucleares de las Partes sin el consentimiento expreso de éstas.

2. Sin perjuicio de las responsabilidades de la ABACC, los miembros de la Comisión, los funcionarios de la Secretaría, los inspectores y todas aquellas personas involucradas en la aplicación del SCCC no revelarán la información industrial o comercial o cualquier otra de naturaleza confidencial sobre las instalaciones y características de los Programas Nucleares de las Partes, a que tuvieran acceso como resultado del ejercicio de sus funciones o en ocasión del ejercicio de ellas. Esa obligación continuará aun después de que hayan dejado de prestar funciones en la ABACC o en relación con la aplicación del SCCC.

3. Las sanciones a las infracciones al párrafo 2 del presente artículo serán determinadas por las respectivas legislaciones nacionales, correspondiendo a cada Parte la sanción de las infracciones cometidas por sus nacionales, con independencia del lugar en que se hubieran cometido.

SEDE DE LA ABACC

ARTICULO XV

1. La Sede de la ABACC será la ciudad de Río de Janeiro.

2. La ABACC negociará con la República Federativa del Brasil el correspondiente acuerdo de sede.

APOYO FINANCIERO Y TECNICO

ARTICULO XVI

1. Las Partes proveerán en forma equitativa los fondos necesarios para el funcionamiento del SCCC y de la ABACC.

2. Las Partes pondrán su capacidad técnica a disposición de la ABACC a los efectos de apoyar sus actividades.

Las personas que sean designadas temporalmente para esas tareas de apoyo estarán sujetas a la obligación que establece el Artículo XIV.

PRIVILEGIOS E INMUNIDADES

ARTICULO XVII

1. La ABACC gozara de personalidad y plena capacidad jurídicas. Sus privilegios e inmunidades y los de sus funcionarios en el Brasil serán establecidos en el acuerdo de sede referido en el Artículo XV.

2. Los privilegios e inmunidades de los inspectores y de los demás funcionarios que estén en misiones transitorias al servicio de la ABACC serán determinadas en un Protocolo Adicional.

INTERPRETACION Y APLICACION

ARTICULO XVIII

Las discrepancias relativas a la interpretación y aplicacion del presente Acuerdo seran solucionadas por las Partes por la via diplomatica.

INCUMPLIMIENTO DEL ACUERDO

ARTICULO XIX

El incumplimiento grave del presente Acuerdo por una de las Partes dará derecho a la otra Parte a dar por terminado el Acuerdo o a suspender su aplicacion total o parcialmente, lo que deberá ser notificado por esa Parte al Secretario General de las Naciones Unidas y al Secretario General de la Organización de Estados Americanos.

RATIFICACION Y ENTRADA EN VIGOR

ARTICULO XX

El presente Acuerdo entrara en vigor en la fecha del intercambio de los respectivos instrumentos de ratificación. Su texto sera transmitido por las Partes al Secretario General de las Naciones Unidas y al Secretario General de la Organización de Estados Americanos para su registro.

ENMIENDAS

ARTICULO XXI

El presente Acuerdo podra ser enmendado por las Partes en cualquier momento por mutuo acuerdo. La entrada en vigor de las enmiendas se ajustara al procedimiento previsto en el Articulo XX.

DURACION

ARTICULO XXII

El presente Acuerdo tendra duracion indefinida. Podra ser denunciado por cualquiera de las Partes por nota diplomatica dirigida a la otra, lo que debera ser comunicado por la Parte denunciante al Secretario General de las Naciones Unidas y al Secretario General de la organizacion de Estados Americanos. La denuncia sera efectiva seis meses despues de la fecha de recepción de dicha nota diplomatica.

Hecho en la ciudad de Guadalajara (Estados Unidos Mexicanos), a los días del mes de julio de 1991, en dos ejemplares originales, cada uno de ellos en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[*Signed — Signé*][1]

Por el Gobierno
de la República Argentina:

[*Signed — Signé*][2]

[1] Signed by Francisco Rezek — Signé par Francisco Rezek.
[2] Signed by Guido Di Tella — Signé par Guido Di Tella.

ANEXO

ANEXO PAUTAS BÁSICAS DEL SISTEMA COMÚN DE CONTABILIDAD Y CONTROL DE MATERIALES NUCLEARES

ARTICULO I

1. El Sistema Común de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (SCCC) es un conjunto de procedimientos instituido por las Partes a fin de verificar, con un grado razonable de certeza, que los materiales nucleares presentes en todas sus actividades nucleares no sean desviados hacia armas nucleares u otros dispositivos nucleares explosivos, según los términos del presente Acuerdo.

2. El SCCC comprende los Procedimientos Generales y los Manuales de Aplicación por categoría de instalación.

ARTICULO II

El SCCC estará basado en una estructura de áreas de contabilidad de materiales nucleares y se aplicará a partir de uno de los siguientes puntos de iniciación:

a) La producción de cualquier material nuclear de composición y pureza adecuados para su uso directo en la fabricación de combustible nuclear o en enriquecimiento isotópico, incluidas las generaciones subsecuentes de material nuclear producidas a partir de tales materiales;

b) La importación de cualquier material nuclear que reúna las mismas características establecidas en el inciso a) precedente, o cualesquiera otros materiales nucleares producidos en una fase posterior del ciclo del combustible nuclear.

ARTICULO III

Los materiales nucleares dejarán de estar sometidos al SCCC cuando:

a) Sean trasladados fuera de la jurisdicción o control de las Partes; o

b) Sean transferidos a un uso no nuclear o a un uso nuclear no relevante desde el punto de vista del SCCC; o

c) Se hayan consumido, diluido o transformado, de modo que no puedan utilizarse para cualquier uso nuclear relevante desde el punto de vista del SCCC, o que sean practicamente irrecuperables.

ARTICULO IV

La aplicación del SCCC a materiales nucleares utilizados en propulsión u operación nuclear de cualquier tipo de vehículo, incluyendo submarinos, o en otras actividades que por su naturaleza exijan un procedimiento especial, tendrá las siguientes características particulares:

a) la suspensión de las inspecciones, del acceso a los registros contables y operativos, de las notificaciones e informes previstos por el SCCC relativos a esos materiales nucleares mientras dure su afectación a las referidas actividades;

b) el sometimiento nuevamente de esos materiales nucleares a los procedimientos referidos en el inciso a) cuando sean desafectados de esas actividades;

c) el registro por la ABACC de la cantidad total y de la composición de esos materiales nucleares que se encuentren bajo la jurisdicción o control de una de las Partes y de todo traslado de los mismos fuera de tal jurisdicción o control.

ARTICULO V

El nivel adecuado de contabilidad y control de materiales nucleares para cada instalación será determinado según el valor estratégico obtenido del análisis de las siguientes variables:

a) categoría del material nuclear, teniendo en cuenta la relevancia de su composición isotópica;
b) tiempo de conversión;
c) inventario/flujo del material nuclear;
d) categoría de la instalación;
e) grado de importancia de la instalación con relación a otras existentes;
f) existencia de métodos de contención y vigilancia.

ARTICULO VI

El SCCC, según corresponda, incluirá medidas tales como:

a) Un sistema de registros e informes que refleje, para cada área de contabilidad de materiales nucleares, el inventario de materiales nucleares y los cambios de tal inventario;

b) Disposiciones para la correcta aplicación de los procedimientos y medidas de contabilidad y control;

c) Sistemas de mediciones para determinar los inventarios de material nuclear y sus variaciones;

d) La evaluación de la precisión y el grado de aproximación de las mediciones y el cálculo de la incertidumbre de estas;

e) Procedimientos para identificar, revisar y evaluar diferencias en las mediciones remitente-destinatario;

f) Procedimientos para efectuar un inventario físico;

g) Procedimientos para determinar y evaluar el material no contabilizado;

h) Aplicación de sistemas de contención y vigilancia.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT[1] BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC ON THE EXCLUSIVELY PEACEFUL USE OF NUCLEAR ENERGY

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Noting the progress made in bilateral nuclear cooperation as a result of joint work in the framework of the Agreement on cooperation for the Development and Application of Peaceful Uses of Nuclear Energy, signed at Buenos Aires on 17 May 1980,[2]

Recalling the commitments made in the Joint Declarations on nuclear policy of Foz de Iguaçu (1985), Brasília (1986), Viedma (1987) and Iperó (1988), reaffirmed by the Buenos Aires Joint Communiqué of 6 July 1990,

Considering the decisions adopted in the Foz de Iguaçu Declaration of 28 November 1990 on Joint Argentine-Brazilian nuclear policy,

Reaffirming their decision to extend the process of integration between their two countries,

Taking into account the Treaty of Integration, Cooperation and Development between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic of 29 November 1988[3] and Protocol No. 17 on nuclear cooperation of 10 December 1986,

Recognizing the importance to the scientific, technological, economic and social development of their peoples of the use of nuclear energy for peaceful purposes,

Agreeing that the benefits of all nuclear technology applications should be accessible for peaceful purposes to all States,

Reaffirming the principles of the Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America,[4]

Have agreed as follows:

BASIC COMMITMENT

ARTICLE I

1. The Parties hereby undertake to use exclusively for peaceful purposes the nuclear material and facilities which are under their jurisdiction or control.

2. Accordingly, the Parties undertake to prohibit and prevent in their respective territories, and to refrain from engaging in, encouraging or authorizing, directly or indirectly, or in any way participating in:

[1] Came into force on 12 December 1991 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Vienna, in accordance with article XX.
[2] United Nations, *Treaty Series*, vol. 1339, p. 299.
[3] *Ibid.*, vol. 1545, No. I-26799.
[4] *Ibid.*, vol. 634, p. 281.

(a) The testing, use, manufacture, production or acquisition by any means whatsoever, of any nuclear weapons; and

(b) The receipt, storage, installation, deployment and any form of possession of any nuclear weapons.

3. Since, at the current time, no possible technical distinction can be made between explosive nuclear devices used for peaceful purposes and those intended for military purposes, the Parties also undertake to prohibit and prevent in their respective territories, and to refrain from engaging in, encouraging or authorizing, directly or indirectly, or in any way participating in the testing, use, manufacture, production or acquisition by any means whatsoever of any explosive nuclear device for as long as this technical limitation remains.

ARTICLE II

Nothing in this Agreement shall affect the inalienable right of the Parties to engage in research into or the production and use of nuclear energy for peaceful purposes, each Party preserving its industrial, technological and trade secrets, without discrimination and in accordance with articles I, III and IV.

ARTICLE III

Nothing in this Agreement shall limit the right of the Parties to use nuclear energy for the propulsion or operation of any type of vehicle, including submarines, since both functions are peaceful applications of nuclear energy.

ARTICLE IV

The Parties undertake to subject all nuclear materials in all nuclear activities carried out in their territories or under their jurisdiction or control in any place, to the Joint System for Accounting and Control of Nuclear Materials (SCCC) established in article V of this Agreement.

JOINT SYSTEM FOR ACCOUNTING AND CONTROL OF NUCLEAR MATERIALS

ARTICLE V

The Parties hereby establish the Joint System for Accounting and Control of Nuclear Materials (hereinafter referred to as "SCCC"), the purpose of which shall be to verify, in accordance with the basic guidelines laid down in the annex which forms part of this Agreement, that nuclear materials in all nuclear activities of the Parties are not diverted for nuclear weapons or other explosive nuclear devices, in accordance with article I.

BRAZILIAN-ARGENTINE AGENCY FOR ACCOUNTING AND CONTROL OF NUCLEAR MATERIALS

ARTICLE VI

The Parties hereby establish the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (hereinafter referred to as ABACC), which shall have legal capacity to fulfil the purpose assigned to it under this Agreement.

PURPOSE OF ABACC

ARTICLE VII

The purpose of ABACC shall be to administer and apply SCCC in accordance with the provisions of this Agreement.

POWERS OF ABACC

ARTICLE VIII

The powers of ABACC shall be:

(a) To agree with the Parties on new general procedures and operational guidelines and on any changes which may be necessary to the existing procedures and guidelines;

(b) To carry cut inspections and other procedures envisaged for the implementation of SCCC;

(c) To appoint inspectors to carry out the inspections referred to in subparagraph (b);

(d) To evaluate the inspections carried out in application of SCCC;

(e) To secure the necessary services to ensure the fulfilment of its purposes;

(f) To represent the Parties before third Parties in relation to the implementation of SCCC;

(g) To enter into international agreements with the express authorization of the Parties; and

(h) To institute legal proceedings.

ORGANS OF ABACC

ARTICLE IX

The organs of ABACC shall be the Commission and the secretariat.

COMPOSITION OF THE COMMISSION

ARTICLE X

The Commission shall consist of four members, each Party being responsible for designating two of them. The Commission shall be constituted within 60 days from the entry into force of this Agreement.

FUNCTIONS OF THE COMMISSION

ARTICLE XI

The Commission's functions shall be:

(a) To monitor the operation of SCCC;

(b) To approve the general procedures and operational guidelines referred to in article VIII, subparagraph (a), negotiated by the secretariat;

(c) To obtain the necessary resources for the establishment of the secretariat;

(d) To supervise the operation of the secretariat, drawing up such instructions and guidelines as it deems appropriate in each case;

(e) To appoint the professional staff of the secretariat and approve the appointment of support staff;

(f) To draw up the list of duly qualified inspectors, from among those proposed by the Parties, to carry out the inspection tasks entrusted to them by the secretariat;

(g) To inform the Party concerned of any anomalies which may arise in the application of SCCC, that Party being required to take the necessary measures to remedy the situation;

(h) To request the Parties to set up such ad hoc advisory groups as it deems necessary for improving the functioning of SCCC;

(i) To report to the Parties annually on progress in the application of SCCC;

(j) To inform the Parties of non-compliance by either of the Parties with the commitments made in this Agreement; and

(k) To establish its own rules and those of the secretariat.

COMPOSITION OF THE SECRETARIAT

ARTICLE XII

1. The secretariat shall consist of the professional staff appointed by the Commission, and support staff. In performing their functions, staff members of the secretariat shall be subject to the approved rules and to the guidelines formulated by the Commission.

2. The function of secretary of ABACC shall rotate annually between the highest-ranking staff members of the nationality of each Party, starting with the nationality other than that of the host country.

3. The inspectors appointed under article VIII, subparagraph (c), shall, while carrying out the functions entrusted to them by the secretariat in respect of SCCC, be answerable exclusively to the secretariat.

FUNCTIONS OF THE SECRETARIAT

ARTICLE XIII

The functions of the secretariat shall be:

(a) To implement the guidelines and instructions issued by the Commission;

(b) In this context, to carry out the necessary activities for the application and administration of SCCC;

(c) To act, by mandate of the Commission, as representative of ABACC in its relations with the Parties and vis-à-vis third Parties;

(d) To appoint, from among the inspectors included in the list referred to in article XI, subparagraph (f), those who are to carry out the inspection tasks determined by the application of SCCC, bearing in mind that inspectors of the nationality of one Party shall inspect the facilities of the other Party, and to instruct them on the performance of their functions;

(e) To receive the reports of inspectors with the results of their inspections;

(f) To make an evaluation of the inspections in accordance with the appropriate procedures;

(g) To inform the Commission immediately of any discrepancy in the records of either of the Parties revealed in the course of evaluating the results of inspections;

(h) To draw up the budget of ABACC for approval by the Commission; and

(i) To report periodically to the Commission on its activities and, in particular, on progress in the application of SCCC.

CONFIDENTIALITY OF INFORMATION

ARTICLE XIV

1. ABACC shall not be authorized to divulge industrial or commercial information or any other information of a confidential nature on the facilities and characteristics of the Parties' nuclear programmes without the express consent of the Parties.

2. Without prejudice to the responsibilities of ABACC, no member of the Commission, staff member of the secretariat, inspector or any other person involved in the application of SCCC shall reveal industrial or commercial information or any other information of a confidential nature on the facilities and characteristics of the Parties' nuclear programmes to which they have access as a result of the exercise of their functions or at the time of carrying out those functions. This obligation shall continue even after they have ceased to serve in ABACC or in relation to the application of SCCC.

3. The penalties for violations of paragraph 2 of this article shall be determined by the respective national legislation; each Party shall punish violations committed by its own nationals, regardless of where they were perpetrated.

HEADQUARTERS OF ABACC

ARTICLE XV

1. The headquarters of ABACC shall be in the city of Rio de Janeiro.

2. ABACC shall negotiate the corresponding headquarters agreement with the Federative Republic of Brazil.

FINANCIAL AND TECHNICAL SUPPORT

ARTICLE XVI

1. The Parties shall provide the necessary funds for the operation of SCCC and ABACC on an equitable basis.

2. The Parties shall make their technical capacity available to ABACC in order to support its activities. Persons assigned temporarily to these support tasks shall be subject to the obligation laid down in article XIV.

PRIVILEGES AND IMMUNITIES

ARTICLE XVII

1. ABACC shall have juridical personality and full legal capacity. Its privileges and immunities and those of its staff members in Brazil shall be established in the headquarters agreement referred to in article XV.

2. The privileges and immunities of inspectors and other staff members assigned temporarily to ABACC shall be established in an additional protocol.

INTERPRETATION AND APPLICATION

ARTICLE XVIII

Disagreements on the interpretation and application of this Agreement shall be resolved by the Parties through the diplomatic channel.

NON-COMPLIANCE WITH THE AGREEMENT

ARTICLE XIX

Serious non-compliance with this Agreement by one of the Parties shall entitle the other Party to terminate the Agreement or to suspend its application in full or in part, such Party being required to notify accordingly the Secretary-General of the United Nations and the Secretary-General of the Organization of American States.

RATIFICATION AND ENTRY INTO FORCE

ARTICLE XX

This Agreement shall enter into force on the date of exchange of the instruments of ratification. Its text shall be transmitted by the Parties to the Secretary-General of the United Nations and the Secretary-General of the Organization of American States, for registration.

AMENDMENTS

ARTICLE XXI

This Agreement may be amended by the Parties at any time by mutual agreement. Such amendments shall enter into force in accordance with the procedure laid down in article XX.

DURATION

ARTICLE XXII

This Agreement shall remain in force indefinitely. It may be denounced by either Party through a diplomatic note sent to the other Party, and the denouncing Party shall notify the Secretary-General of the United Nations and the Secretary-General of the Organization of American States. Such denunciation shall take effect six months after the date of receipt of the diplomatic note.

DONE at Guadalajara (United Mexican States) on 18 July 1991 in two originals, each in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[*Signed*]

FRANCISCO REZEK

For the Government
of the Argentine Republic:

[*Signed*]

GUIDO DI TELLA

ANNEX

BASIC GUIDELINES OF THE JOINT SYSTEM FOR ACCOUNTING AND CONTROL OF NUCLEAR MATERIALS

ARTICLE I

1. The Joint System for Accounting and Control of Nuclear Materials (SCCC) is a set of procedures established by the Parties in order to verify, with a reasonable degree of certainty, that no nuclear materials used in their nuclear activities are diverted for nuclear weapons or other explosive nuclear devices, in accordance with the terms of this Agreement.

2. SCCC consists of general procedures and operating manuals by category of facility.

ARTICLE II

SCCC shall be based on a structure of areas of accounting of nuclear materials and shall start to apply at one of the following points:

(a) The production of any nuclear material of adequate composition and purity for direct use in the manufacture of nuclear fuel or isotopic enrichment, including subsequent generations of nuclear material produced from such materials;

(b) The import of any nuclear material having the same characteristics as those defined in subparagraph (a) above, as well as any other nuclear materials produced at a later stage in the nuclear fuel cycle.

ARTICLE III

Nuclear materials shall cease to be subject to SCCC when:

(a) They are transferred outside the jurisdiction or control of the Parties;

(b) They are transferred to a non-nuclear use or a nuclear use which is not relevant from the standpoint of SCCC; or

(c) They have been used, diluted or modified in such a way that they cannot be used for any nuclear purpose which is relevant from the standpoint of SCCC or they are for practical purposes irretrievable.

ARTICLE IV

The application of SCCC to nuclear materials used for the nuclear propulsion or operation of any type of vehicle, including submarines, or in other activities which by their nature require a special procedure, shall have the following special characteristics:

(a) Suspension of inspections, of access to accounting and operating records, and of the notifications and reports required by SCCC in relation to these nuclear materials, for as long as they are used for the activities in question;

(b) Re-subjection of such nuclear materials to the procedures referred to in subparagraph (a) when the materials are no longer used for such activities;

(c) Registration by ABACC of the total quantity and composition of such nuclear materials which are under the jurisdiction or control of one of the Parties, and of any transfer of such materials outside such jurisdiction or control.

ARTICLE V

The appropriate level of accounting and control of nuclear materials for each facility shall be determined in accordance with the strategic value derived from an analysis of the following variables:

(a) Category of nuclear material, taking into account the relevance of its isotopic composition;

(b) Conversion time;

(c) Inventory/flow of nuclear material;

(d) Category of the facility;

(e) Degree of importance of the facility compared with other existing facilities;

(f) Existence of methods of containment and monitoring.

ARTICLE VI

SCCC shall include, as appropriate, measures such as:

(a) A system of records and reports which, for each area of accounting of nuclear materials, reflects the inventory of nuclear materials and changes in that inventory;

(b) Provisions for the proper application of accounting and control procedures and measures;

(c) Measurement systems to determine inventories of nuclear material and variations in those inventories;

(d) Evaluation of the precision and degree of approximation of measurements, and calculation of inaccuracies in those measurements;

(e) Procedures to identify, review and evaluate differences in the measurements made by senders and recipients;

(f) Procedures for carrying out a physical inventory;

(g) Procedures for determining and evaluating unrecorded material;

(h) Application of containment and monitoring systems.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD[1] ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE RELATIF À L'UTILISATION DE L'ÉNERGIE NUCLÉAIRE À DES FINS EXCLUSIVEMENT PACIFIQUES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine (ci-après dénommés « les Parties »),

Constatant les progrès obtenus dans la coopération nucléaire bilatérale à la suite du travail en commun dans le cadre de l'Accord de coopération relatif au développement et à l'utilisation de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques, signé à Buenos Aires le 17 mai 1980[2];

Rappelant les engagements pris dans les déclarations conjointes sur la politique nucléaire, de Foz do Iguaçu (1985), Brasília (1986), Viedma (1987) et Iperó (1988), engagements réaffirmés par le Communiqué conjoint de Buenos Aires, en date du 6 juillet 1990;

Considérant les décisions adoptées dans la Déclaration sur la politique nucléaire commune brésilienne-argentine de Foz do Iguaçu, en date du 28 novembre 1990;

Réaffirmant leur décision de renforcer le processus d'intégration entre les deux pays;

Tenant compte du traité d'intégration, de coopération et de développement entre la République fédérative du Brésil et la République argentine, en date du 29 novembre 1988[3] et du Protocole n° 17 de coopération nucléaire en date du 10 décembre 1986;

Reconnaissant l'importance de l'utilisation de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques pour le développement scientifique, technologique, économique et social de leurs peuples;

Convenant que les avantages de toutes les applications de la technologie nucléaire devront être accessibles à des fins pacifiques pour tous les Etats;

Réaffirmant les principes du Traité visant l'interdiction des armes nucléaires en Amérique latine[4];

Sont convenus de ce qui suit :

---

[1] Entré en vigueur le 12 décembre 1991 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Vienne, conformément à l'article XX.

[2] Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1339, p. 299.

[3] *Ibid.*, vol. 1545, n° I-26799.

[4] *Ibid.*, vol. 634, p. 281.

ENGAGEMENT FONDAMENTAL

Article premier

1. Les Parties s'engagent à utiliser exclusivement à des fins pacifiques le matériel et les installations nucléaires soumis à leur juridiction ou à leur contrôle.

2. Les Parties s'engagent, en conséquence, à interdire et à empêcher sur leurs territoires respectifs, ainsi qu'à s'abstenir de réaliser, d'encourager ou d'autoriser, directement ou indirectement :

a) L'essai, l'utilisation, la fabrication, la production ou l'acquisition, par quelque moyen que ce soit, de toute arme nucléaire, et

b) La réception, le remisage, l'installation, la mise en place ou toute autre forme de possession d'une arme nucléaire quelconque,

ou d'y participer de quelque manière que ce soit.

3. Tenant compte du fait qu'il n'existe pas actuellement de distinction technique possible entre les dispositifs nucléaires explosifs à des fins pacifiques et ceux qui sont destinés à des fins militaires, les Parties s'engagent, en outre, à interdire et à empêcher sur leurs territoires respectifs, ainsi qu'à s'abstenir de réaliser, d'encourager ou d'autoriser, directement ou indirectement l'essai, l'utilisation, la fabrication, la production ou l'acquisition, par quelque moyen que ce soit, de tout dispositif nucléaire explosif quelconque ou d'y participer de quelque manière que ce soit, tant que persistera la limitation technique mentionnée.

Article II

Aucune des dispositions du présent Accord n'affectera le droit inaliénable des Parties de procéder à la recherche, à la production et à l'utilisation de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques, chaque Partie préservant ses secrets industriels, technologiques et commerciaux, sans discrimination, conformément aux dispositions des articles I, III et IV.

Article III

Aucune des dispositions du présent Accord ne limitera le droit des Parties d'utiliser l'énergie nucléaire pour la propulsion ou le fonctionnement d'un type quelconque de véhicule, y compris les sous-marins, étant donné qu'il s'agit dans les deux cas d'applications pacifiques de l'énergie nucléaire.

Article IV

Les Parties s'engagent à soumettre tous les matériels nucléaires utilisés dans toutes les activités nucléaires réalisées sur leurs territoires ou sur des territoires soumis à leur juridiction ou placés sous leur contrôle, en quelque lieu que ce soit, au Système commun de comptabilisation et de contrôle des matières nucléaires (SCCC), établi par l'article V du présent Accord.

SYSTÈME COMMUN DE COMPTABILISATION ET DE CONTRÔLE DES MATIÈRES NUCLÉAIRES

Article V

Les Parties établissent le Système commun de comptabilisation et de contrôle des matières nucléaires (ci-après dénommé « SCCC »), qui aura pour but de vérifier, conformément aux directives de base fixées dans l'annexe constituant une partie du présent Accord, que les matières nucléaires utilisées dans toutes les activités nucléaires des Parties ne soient pas détournées vers la production d'armes nucléaires ou d'autres dispositifs nucléaires explosifs, conformément aux dispositions de l'article premier.

AGENCE BRÉSILIENNE-ARGENTINE DE COMPTABILISATION ET DE CONTRÔLE DES MATIÈRES NUCLÉAIRES

Article VI

Les Parties établissent une Agence brésilienne-argentine de comptabilisation et de contrôle des matières nucléaires (ci-après dénommée « ABACC »), qui aura la personnalité juridique pour atteindre l'objectif que lui attribue le présent Accord.

OBJECTIF DE L'ABACC

Article VII

L'objectif de l'ABACC est d'administrer et d'appliquer le SCCC, conformément aux dispositions du présent Accord.

FACULTÉS DE L'ABACC

Article VIII

L'ABACC aura les facultés suivantes :

a) Mettre au point d'un commun accord avec les Parties les nouvelles procédures générales et les manuels d'application, ainsi que les modifications éventuellement nécessaires des procédures existantes;

b) Effectuer les inspections et autres procédures prévues pour l'application du SCCC;

c) Désigner les inspecteurs qui effectueront les inspections mentionnées à l'alinéa *b*;

d) Evaluer les inspections réalisées pour l'application du SCCC;

e) Engager les services nécessaires pour assurer l'accomplissement de son objectif;

f) Représenter les Parties auprès de tiers en ce qui concerne l'application du SCCC;

g) Conclure des accords internationaux, avec l'autorisation expresse des Parties; et

h) Ester en justice.

ORGANES DE L'ABACC

Article IX

Les organes de l'ABACC seront la Commission et le Secrétariat.

COMPOSITION DE LA COMMISSION

Article X

La Commission sera composée de quatre membres, la désignation de deux d'entre eux incombant à chaque Partie. La Commission sera constituée dans les soixante jours au plus qui suivront l'entrée en vigueur du présent Accord.

FONCTIONS DE LA COMMISSION

Article XI

La Commission aura les fonctions suivantes :

a) Veiller au fonctionnement du SCCC;

b) Approuver les procédures générales et les manuels d'application mentionnés à l'article VIII, point *a*, négociés par le Secrétariat;

c) Trouver les moyens nécessaires à l'établissement du Secrétariat;

d) Surveiller le fonctionnement du Secrétariat, en élaborant les instructions et directives qui seront jugées nécessaires dans chaque cas;

e) Désigner le personnel professionnel du Secrétariat et approuver la désignation du personnel auxiliaire;

f) Mettre au point la liste des inspecteurs dûment qualifiés, choisis parmi les candidats proposés par les Parties, qui exécuteront les tâches d'inspection déterminées par le Secrétariat;

g) Porter les anomalies qui peuvent se présenter dans l'application du SCCC à la connaissance de la partie intéressée, laquelle sera obligée de prendre les mesures nécessaires pour remédier à la situation;

h) Demander aux Parties de constituer les groupes de conseillers spéciaux qu'elle jugerait nécessaires pour le meilleur fonctionnement du SCCC;

i) Informer annuellement les Parties sur l'état d'avancement de l'application du SCCC;

j) Informer les Parties sur le non-accomplissement par l'une des Parties des engagements pris dans le présent Accord; et

k) Arrêter son propre règlement et celui du Secrétariat.

COMPOSITION DU SECRÉTARIAT

Article XII

1. Le Secrétariat sera composé des professionnels désignés par la Commission et du personnel auxiliaire. Dans l'accomplissement de leurs fonctions, les fonc-

tionnaires du Secrétariat seront soumis au règlement approuvé et aux directives formulées par la Commission.

2. Les fonctionnaires de rang supérieur ayant la nationalité de l'une des deux Parties se succéderont annuellement dans l'exercice des fonctions de Secrétaire de l'ABACC, en commençant par celui qui aura une nationalité autre que celle du pays siège.

3. Les inspecteurs désignés en vertu de l'article VIII, point *c*, lorsqu'ils seront dans l'exercice des fonctions attribuées par le Secrétariat en relation avec le SCCC, dépendront exclusivement du Secrétariat susmentionné.

FONCTIONS DU SECRÉTARIAT

Article XIII

Les fonctions du Secrétariat seront les suivantes :

a) Exécuter les directives et instructions établies par la Commission;

b) Dans ce contexte, exercer les activités nécessaires à l'application et à l'administration du SCCC;

c) Agir, sur mandat de la Commission, en tant que représentants de l'ABACC dans leurs relations avec les Parties contractantes et auprès des tiers;

d) Désigner, parmi les inspecteurs figurant sur la liste mentionnée à l'article XI, point *f*, ceux qui devront exécuter les tâches d'inspection déterminées pour l'application du SCCC, en tenant compte du fait que les inspecteurs ayant la nationalité de l'une des parties inspecteront les installations de l'autre Partie, et donner des instructions auxdits inspecteurs concernant l'exercice de leurs fonctions;

e) Recevoir les rapports des inspecteurs comprenant les résultats de leurs inspections;

f) Procéder à l'évaluation des inspections conformément aux procédures appropriées;

g) Informer immédiatement la Commission de toute divergence apparaissant dans les registres de chacune des Parties, qui serait découverte lors de l'évaluation des résultats des inspections;

h) Préparer le budget de l'ABACC aux fins d'approbation par la Commission; et

i) Informer périodiquement la Commission sur des activités et, en particulier, sur l'état d'avancement de l'application du SCCC.

CONFIDENTIALITÉ DE L'INFORMATION

Article XIV

1. L'ABACC ne sera pas autorisée à divulguer des informations industrielles ou commerciales, ou toute autre information de nature confidentielle, sur les installations et les caractéristiques des programmes nucléaires des Parties, sans leur consentement exprès.

2. Sans préjudice des responsabilités de l'ABACC, les membres de la Commission ainsi que les fonctionnaires du Secrétariat, les inspecteurs et toutes les personnes impliquées dans l'application du SCCC, ne révéleront pas des informations industrielles ou commerciales, ou toute autre information de nature confidentielle, sur les installations et sur les caractéristiques des programmes nucléaires des Parties, informations auxquelles ils auraient eu accès dans l'exercice de leurs fonctions ou à l'occasion de leur exercice. Cette obligation sera toujours valable même après qu'ils auront cessé d'exercer leurs fonctions à l'ABACC ou en relation avec le SCCC.

3. Les sanctions à l'égard des infractions au paragraphe 2 du présent article, seront déterminées par les législations nationales respectives, chaque Partie prononçant la sanction des infractions commises par ses nationaux, indépendamment du lieu où elles auront été commises.

SIÈGE DE L'ABACC

Article XV

1. Le siège de l'ABACC sera situé dans la ville de Rio de Janeiro.

2. L'ABACC négociera avec la République fédérative du Brésil l'Accord de siège correspondant.

APPUI FINANCIER ET TECHNIQUE

Article XVI

1. Les Parties fourniront à égalité les fonds nécessaires au fonctionnement du SCCC et de l'ABACC.

2. Les Parties mettront leur capacité technique à la disposition de l'ABACC, pour appuyer ses activités. Les personnes qui seront désignées à titre temporaire pour ces tâches d'appui seront soumises à l'obligation établie par l'article XIV.

PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS

Article XVII

1. L'ABACC jouira de la personnalité et de la pleine capacité juridiques. Ses privilèges et immunités et ceux de ses fonctionnaires au Brésil seront établis dans l'Accord de siège mentionné à l'article XV.

2. Les privilèges et immunités des inspecteurs et des autres fonctionnaires en mission temporaire au service de l'ABACC seront établis dans un protocole complémentaire.

INTERPRÉTATION ET APPLICATION

Article XVIII

Les différends relatifs à l'interprétation et à l'application du présent Accord seront réglés par les Parties par la voie diplomatique.

DÉFAUT D'OBSERVATION DE L'ACCORD

Article XIX

Le défaut d'observation grave du présent Accord par l'une des Parties donnera à l'autre Partie le droit de considérer l'Accord comme expiré ou de suspendre son application, en totalité ou en partie, cette même Partie devant notifier le fait au Secrétaire général des Nations Unies et au Secrétaire général de l'Organisation des Etats américains.

RATIFICATION ET ENTRÉE EN VIGUEUR

Article XX

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification respectifs. Le texte en sera transmis par les Parties au Secrétaire général des Nations Unies et au Secrétaire général de l'Organisation des Etats américains, aux fins d'enregistrement.

MODIFICATIONS

Article XXI

Le présent Accord pourra être modifié par les Parties à tout moment, par accord mutuel. L'entrée en vigueur des modifications s'effectuera conformément à la procédure prévue à l'article XX.

DURÉE

Article XXII

Le présent Accord aura une durée indéfinie. Il pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties par note diplomatique adressée à l'autre Partie, ce qui devra être communiqué par la Partie dénonçante au Secrétaire général des Nations Unies et au Secrétaire général de l'Organisation des Etats américains. La dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de cette note diplomatique.

FAIT en la ville de Guadalajara (Etats-Unis du Mexique), le 18e jour du mois de juillet 1991, en deux exemplaires originaux, dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[*Signé*]

FRANCISCO REZEK

Pour le Gouvernement
de la République argentine :

[*Signé*]

GUIDO DI TELLA

ANNEXE

DIRECTIVES FONDAMENTALES DU SYSTÈME DE COMPTABILISATION ET DE CONTRÔLE DES MATIÈRES NUCLÉAIRES

Article premier

1. Le Système commun de comptabilisation et de contrôle des matières nucléaires (SCCC) constitue un ensemble de procédures institué par les Parties afin de vérifier, avec un degré raisonnable de certitude, que les matières nucléaires présentes dans toutes leurs activités nucléaires ne soient pas détournées vers la production d'armes nucléaires ou d'autres dispositifs nucléaires explosifs selon les termes du présent Accord.

2. Le SCCC comprend les procédures générales et les manuels d'application, par catégorie d'installation.

Article II

Le SCCC sera fondé sur une structure de zones de comptabilisation de matières nucléaires et s'appliquera à partir d'un des points de départ suivants :

a) La production de toute matière nucléaire quelconque de composition et de degré de pureté correspondant à son utilisation directe dans la fabrication de combustible nucléaire ou pour l'enrichissement isotopique, y compris les générations suivantes de matières nucléaires produites à partir de ces matières;

b) L'importation de toute matière nucléaire réunissant les mêmes caractéristiques que celles qui sont précisées au point *a* ci-dessus, ainsi que toutes autres matières nucléaires produites lors d'une phase postérieure du cycle du combustible nucléaire.

Article III

Les matières nucléaires cesseront d'être soumises au SCCC quand :

a) Elles seront transportées hors de la juridiction ou du contrôle des Parties; ou

b) Elles seront transférées pour une utilisation non nucléaire ou pour une utilisation nucléaire ne relevant pas de la compétence du SCCC; ou

c) Si elles ont été consommées, diluées ou transformées de telle manière qu'elles ne puissent servir à une quelconque utilisation nucléaire relevant de la compétence du SCCC, ou si elles sont pratiquement irrécupérables.

Article IV

L'application du SCCC à des matières nucléaires utilisées pour la propulsion ou le fonctionnement nucléaire de tout type de véhicule, y compris les sous-marins, et pour d'autres activités qui, en raison de leur nature, exigent le recours à une procédure spéciale, aura les caractéristiques particulières suivantes :

a) Suspension des inspections, de l'accès aux registres comptables et registres d'opérations, des notifications et des rapports prévus par le SCCC concernant ces matières nucléaires, pour la durée de leur affectation aux activités mentionnées;

b) Nouvelle soumission de ces matières nucléaires aux procédures décrites au point *a* ci-dessus, lorsqu'elles ne seront plus affectées à ces activités;

c) L'enregistrement par l'ABACC de la quantité totale et de la composition de ces matières nucléaires qui se trouvent sous la juridiction ou le contrôle de l'une des Parties, ainsi que de tout transport de ces matières à l'extérieur de cette juridiction ou de ce contrôle.

Article V

Le niveau satisfaisant de comptabilisation et de contrôle de matières nucléaires pour chaque installation sera déterminé selon la valeur stratégique obtenue par l'analyse des variables suivantes :

a) Catégorie de la matière nucléaire, compte tenu de l'importance de sa composition isotopique;

b) Temps de conversion;

c) Inventaire/flux de la matière nucléaire;

d) Catégorie de l'installation;

e) Degré d'importance de l'installation comparée à d'autres installations existantes; et

f) Existence de méthodes de confinement et de surveillance.

Article VI

Le SCCC comprendra, en tant que de besoin, des mesures telles que les suivantes :

a) Un système d'enregistrements et de rapports reflétant, pour chaque domaine de comptabilisation de matières nucléaires, l'inventaire de matières nucléaires et les fluctuations d'un tel inventaire;

b) Des dispositions en vue d'une application correcte des procédures et des mesures de comptabilisation et de contrôle;

c) Des systèmes de mesures pour déterminer les inventaires de matières nucléaires et leurs fluctuations;

d) L'évaluation de la précision et du degré d'approximation des mesures, ainsi que le calcul de leurs imprécisions;

e) Les procédures pour l'identification, la révision et l'évaluation des différences dans les mesures fournisseur-destinataire;

f) Les procédures pour effectuer un inventaire physique;

g) Les procédures pour déterminer et évaluer les matières non comptabilisées;

h) L'application de systèmes de confinement et de surveillance.